



- VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO
SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS
SOCIAIS VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

Eixo Soberania, (In)Segurança Alimentar e Políticas Públicas

Estratégias de enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional em Londrina: reflexões sobre o Programa AgriUrbana - Hortas Comunitárias

Heloisa Gabriela de Almeida¹
Eliane Christine Santos de Campos².

Resumo: O artigo tem como objeto a percepção dos(as) usuários(as) do CRAS acerca dos reflexos do Programa AgriUrbana, na modalidade horta comunitária, no enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional do Município de Londrina/PR. A pesquisa parte de revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevista com uma usuária do CRAS que consome alimentos das hortas. A análise da entrevista indica que as hortas possuem potencial para ampliar o acesso a uma alimentação saudável. No entanto, as abordagens revelam fragilidades na execução do Programa, sobretudo na divulgação e ao acesso à informação sobre suas ações e objetivos.

Palavras-chave: hortas comunitárias; segurança alimentar e nutricional; CRAS.

Abstract: This article analyzes the perceptions of CRAS (Social Assistance Reference Center) users regarding the impact of the AgriUrbana Program, specifically the community garden program, on addressing food and nutritional insecurity in the municipality of Londrina/PR. The research is based on a literature review, document analysis, and an interview with a CRAS user who consumes food from the gardens. The analysis of the interview indicates that the gardens have the potential to expand access to healthy food. However, the approaches reveal weaknesses in the program's implementation, particularly in its dissemination and access to information about its actions and objectives.

Keywords: Community gardens; food and nutritional security; CRAS.

Introdução

A Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) representa, no contexto brasileiro, uma das expressões mais latentes da questão social, revelando desigualdades estruturais e o processo histórico de exclusão, exploração e discriminação que marcam o país desde o período colonial. Refletir sobre os aspectos históricos e determinantes estruturais da fome no Brasil é fundamental para a compreensão da realidade com a qual os(as) assistentes sociais lidam cotidianamente nos territórios.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), almeida.gheloisa@gmail.com

² Professora Doutora do departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), elianecampos@uel.br



A fome, enquanto fenômeno social, econômico e político, expressa-se em múltiplas dimensões da vida cotidiana como os problemas crônicos de saúde, ausência ou precariedade da moradia, a baixa escolarização e a inserção precária no mercado de trabalho. Assim, a IAN ultrapassa a dimensão da carência alimentar imediata, exigindo leitura crítica das contradições estruturais do capitalismo dependente brasileiro e das condições que reproduzem a desigualdade e a negação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

A dificuldade de acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes tem se intensificado, principalmente em territórios marcados por vulnerabilidades socioeconômicas. No município de Londrina/PR, observa-se um crescimento da insegurança alimentar identificado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRASs), evidenciado tanto pelo aumento dos pedidos por Benefícios Eventuais Emergências (BEE)³ quanto pela ampliação da demanda por atendimentos e benefícios de transferência de renda. Tal cenário revela a centralidade da Política de Assistência Social como porta de entrada das expressões mais agudas da pobreza e da privação material.

A partir da vivência no estágio obrigatório e supervisionado em CRAS, emergiram reflexões a partir das falas dos(as) usuários(as) atendidos(as), especialmente no que se refere às dificuldades de acesso a alimentos saudáveis, em decorrência do alto custo dos gêneros alimentícios e da insuficiência de renda familiar. Diante desse cenário, identificamos ser necessário pensar e desenvolver estratégias alternativas que contribuam para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos(a) usuários(as) dos CRAS. Os relatos evidenciam que a alimentação cotidiana tem sido ameaçada pela substituição de alimentos in natura por produtos ultraprocessados mais baratos, reforçando um padrão alimentar que combina com insegurança alimentar e risco nutricional.

Diante desse contexto, torna-se necessário pensar e desenvolver estratégias intersetoriais e territorializadas que contribuam para a garantia da SAN dos(as) usuários(as), articulando a Política de Assistência Social com as Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN), Saúde, Educação e dos equipamentos de SAN existentes no município de Londrina. Dentre as ações da PMSAN, destaca-se o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana, na modalidade de hortas comunitárias, que ganha relevância por se configurar uma ação territorial de promoção de SAN. O Programa tem como objetivo ampliar o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade especialmente para pessoas ou famílias que se encontram em algum grau de insegurança alimentar e nutricional.

Sendo assim, o objeto de estudo desta pesquisa consiste na reflexão sobre a percepção dos(as) usuários(as) do CRAS, acerca dos reflexos do Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (AgriUrbana), na modalidade horta comunitária, no enfrentamento da insegurança

³ O Benefício Eventual Emergencial na modalidade monetária, segundo o Portal da Prefeitura de Londrina (2025), “O Benefício Eventual Emergencial Monetário será concedido no valor de R\$210, conforme avaliação técnica, e poderá ser concedido de duas formas: por meio de repasse monetário mediante depósito em conta bancária, através de banco credenciado, ou por meio de Cartão Alimentação, expedido por empresa habilitada, para aquisição de gêneros de primeira necessidade, diretamente nos estabelecimentos comerciais credenciados”.



alimentar e nutricional.

Optamos por realizar a pesquisa com os/as usuários(as) do CRAS Norte A, localizado no município de Londrina, por se tratar do local em que é desenvolvido o estágio obrigatório supervisionado, o que possibilitou maior aproximação com a realidade investigada e viabilidade na realização das entrevistas.

O objetivo geral do artigo é compreender a efetividade do Programa AgriUrbana, na modalidade hortas comunitárias, a partir da perspectiva dos(as) usuários(as) atendidos(as) pelo CRAS Norte A e há existência de ações intersetoriais entre as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e de Assistência Social.

O caminho metodológico que utilizamos fundamenta-se em abordagem qualitativa, de natureza exploratória. Parte-se do pressuposto de que a realidade social, não pode — e nem deve — ser reduzida a números, uma vez que se constitui como totalidade dinâmica, histórica e contraditória. A compreensão da IAN e das estratégias de enfrentamento requer sucessivas aproximações à realidade concreta, reconhecendo que as relações sociais, determinadas pelas estruturas da sociedade capitalista, encontram-se em permanente movimento e transformação.

Assim, a pesquisa qualitativa possibilita apreender sentido, percepções e experiências vivenciadas pelos(as) sujeitos(as), permitindo analisar não apenas os resultados objetivos do programa, mas também suas mediações sociais, institucionais e territoriais.

Para fundamentar teoricamente a investigação, realizamos uma revisão bibliográfica a partir de obras pertinentes à compreensão da temática, abrangendo livros, capítulos e artigos acadêmicos que discutem a fome, a insegurança alimentar e as políticas de SAN. Além disso, o estudo se caracteriza como pesquisa documental, considerando a análise de legislações, planos e documentos institucionais relacionados à SAN, tanto em âmbito nacional quanto municipal.

Em relação à pesquisa de campo, entendemos que, para alcançar os objetivos propostos, foi necessária a realização de uma coleta de dados empíricos, a fim de aproximar a análise da realidade vivenciada pelos(as) usuários do CRAS. Nesse sentido, a entrevista semiestruturada constituiu-se como a principal de informações adotada na investigação, por possibilitar captar as percepções, experiências e significados atribuídos pela participante em relação ao objeto de estudo. A opção metodológica pela entrevista justifica-se por seu potencial de capturar e revelar dimensões subjetivas e percepções da experiência vivida, permitindo compreender como os(as) usuários(as) das hortas comunitárias percebem o Programa AgriUrbana e quais sentidos atribuem às suas práticas. Tal instrumento favoreceu uma análise mais aprofundada acerca dos reflexos do programa no enfrentamento da fome e da insegurança alimentar e nutricional, contribuindo para o entendimento crítico do papel das hortas na efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Inicialmente, prevemos a realização de quatro entrevistas. Entretanto, durante o processo de campo, foram abordados 69 usuários(as) que aguardavam atendimento na recepção do CRAS Norte A, em três dias distintos no período vespertino. Dentre esses, identificaram-se três usuárias que consumiam produtos em hortas comunitárias; contudo, apenas uma aceitou conceder a



entrevista. Diante do tempo disponível para a coleta de dados, foi necessário redefinir estratégias e ajustar o delineamento metodológico da pesquisa.

Os principais temas abordados nas entrevistas incluem: histórico de participação na horta e suas motivações; motivos que levaram a consumir na horta; os tipos de alimentos consumidos; os efeitos percebidos na alimentação e no cotidiano; e os desafios enfrentados nesse espaço.

Além desta introdução, o presente artigo está organizado em quatro seções. Inicialmente discute-se a fome e a desigualdade no Brasil, situando a Insegurança Alimentar e Nutricional no contexto das determinações históricas e estruturais da formação social brasileira.

Na segunda seção, apresentamos o contexto socioeconômico do município de Londrina, com destaque para indicadores sociais, territoriais e econômico que incidem sobre as condições de vida da população e contribuem para a compreensão das expressões locais da insegurança alimentar.

Em seguida, analisa-se o Programa AgriUrbana – na modalidade horta comunitária de Londrina/PR, enquanto estratégia municipal de promoção da SAN. Por fim, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa de campo e as considerações finais.

Fome e desigualdade no Brasil

A fome no Brasil é estrutural e historicamente produzida, como Josué de Castro já denunciou e pontuou em sua grande obra “Geografia da Fome”, a fome não é natural, não é decorrente de escassez de produção de alimentos, pelo contrário, a fome é um fenômeno político, social e econômico.

A fome no Brasil historicamente tem classe, cor e gênero, aspectos que serão evidenciados ao longo deste artigo. Para entender sobre os aspectos históricos da fome, é fundamental retomar a formação sócio-histórica do Brasil, que tem suas raízes no sequestro e exploração da população negra, vinda dos países africanos. Não podemos esquecer que o período escravocrata, com a dominação, exploração e a objetificação dos corpos negros por mais de 388 anos, tem seus impactos até hoje, que reflete quando pesquisamos e identificamos que a população negra é a que mais passa fome no Brasil.

Desta forma, além dos aspectos que envolvem a escravidão no Brasil caracterizado pelo processo de desumanização de indivíduos africanos, exposição e degradação de seus corpos, é necessário compreender que a concentração e a privatização da terra foram e ainda são aspectos cruciais para se entender a estrutura histórica da fome.

O tráfico dos povos negros deu fundamento para esse modo de produção que se estendeu até 1888, e a partir da Lei das Sesmarias⁴ e da Lei de Terras de 1850⁵, já determinam quem poderia ter

⁴ A lei “Sesmarias”, uma lei originada em Portugal, mas aplicada no Brasil, possibilitou que diversos colonos tivessem a posse de terras através dessa lei, com o objetivo de produzir e ocupar aquela terra, não sendo possível que os escravos pudessem ocupar ou produzir nela.

⁵ A Lei de Terras foi uma lei que substituiu a lei das “Sesmarias”, a Lei Nº 601, 18 de setembro de 1850, pois a partir dessa lei só teria a posse da terra aqueles que poderiam comprá-la, intensificando a concentração



latifundiária.

LondrinaPR,de25a29deMaiode2026ISSN:



terras, isto é, quem irá produzir alimentos. A Lei de Terras, declara que só poderia ter a posse da terra quem era livre e possuía meios para comprá-la, portanto, historicamente a terra para se produzir foi delimitada a uma classe, cor e gênero: colono (que possuía terras), branco e homem.

Não iremos esgotar o debate sobre o modo de produção escravista, mas ele é um elemento base para que possamos entender historicamente a fome no Brasil e posteriormente a construção de uma política pública de enfrentamento à fome e a insegurança alimentar.

Entendendo as raízes escravocrata brasileira, após a abolição da escravidão, e a passagem do modo de produção escravista colonial, para o modo de produção capitalista (capitalismo dependente propriamente dito), a população negra foi deixada a própria sorte, sem-terra e sem nenhum trabalho. Como anteriormente apresentado, a fome não é um fenômeno natural ou espontâneo, mas sim uma consequência das desigualdades sociais impostas pelo modelo de produção econômica e social vigente. Desta forma, a fome, segundo Josué de Castro (2022) é uma ação humana, causada pela distribuição desigual da produção e do acesso aos alimentos.

Dessa forma, compreender a concepção de fome vai muito além da simples ausência de consumo alimentar: implica analisar a forma como a sociedade organiza em torno da produção, circulação e apropriação dos alimentos, revelando as contradições estruturais que determinam como e quem passa fome.

A dificuldade de acesso a uma alimentação saudável e adequada está diretamente relacionada às desigualdades no acesso à renda e à moradia. Esses elementos não podem ser analisados de forma dissociada, uma vez que, historicamente, a concentração fundiária e a negação do direito à - tanto para produzir alimentos quanto para habitar - levam parcelas significativas da população a se concentrarem em áreas periféricas, favelas e ocupações irregulares nas grandes cidades.

A fome e a insegurança alimentar são conceitos fundamentais para compreender a falta do acesso à alimentação. Para a FAO (2024a) - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura -, a fome é caracterizada pela ausência contínua de acesso aos alimentos, resultando em uma ingestão insuficiente para atender às necessidades energéticas diárias e manter as atividades cotidianas dos indivíduos.

Já a insegurança alimentar refere-se à redução na quantidade e/ou na qualidade dos alimentos disponíveis ou consumidos, podendo se manifestar em diferentes níveis. A FAO também classifica a insegurança alimentar em três graus: leve, quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos; moderada, quando ocorre a redução da qualidade e da quantidade alimentar; e grave, quando há privação alimentar e situações de fome propriamente dita.

A insegurança alimentar leve ocorre quando a família reduz a qualidade dos alimentos consumidos, comprometendo a diversidade e o valor nutricional das refeições. A insegurança alimentar moderada, por sua vez, manifesta-se quando, além da redução da qualidade nutricional dos alimentos, a família precisa reduzir a quantidade de alimentos ingeridos, nessa condição, já a insegurança alimentar grave caracteriza-se pela privação total ou quase total de alimentos,



quando os indivíduos e sua família deixam de ter acesso físico e econômico à alimentação, diminuem drasticamente o número de refeições ou permanecem dias sem conseguir comer. Essa forma



extrema de insegurança alimentar compromete severamente as condições de vida e de existência, sendo o principal índice utilizado para identificar e monitorar a fome no país.

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)⁶ se caracteriza nesses três indicadores para que seja possível mapear, em conjunto do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o grau de insegurança alimentar que um município ou uma região específica está enfrentando.

Contexto socioeconômico do Município de Londrina

Para entender melhor sobre os aspectos da insegurança alimentar no município de Londrina, precisamos compreender a formação histórica e o desenvolvimento econômico de Londrina, que estão profundamente relacionados à sua origem agrícola, marcada inicialmente pela colonização e, posteriormente, pela expansão da produção cafeeira, que exerceu papel central na conformação do território e na dinâmica social e econômica local.

A colonização ocorrida na década de 1930, conduzida pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, impulsionou a migração de muitos colonos e trabalhadores para as áreas férteis da região. Nos anos seguintes, Londrina vivenciou o auge em sua economia cafeeira, o que promoveu um rápido processo de crescimento e desenvolvimento urbano.

Esse fluxo migratório para o meio urbano fez com que Londrina se expandisse e aumentasse significativamente sua população. No entanto, essa expansão também foi responsável pela formação de bairros periféricos e territórios marcados por vulnerabilidades sociais. Muitas famílias que se instalaram nesses bairros e territórios passaram a enfrentar dificuldades de acesso a serviços públicos essenciais e a oportunidades de trabalho, evidenciando as enormes desigualdades sociais que se acentuam na cidade.

Atualmente, segundo o Censo do IBGE de 2022, Londrina possui 555.965 habitantes, com projeção de alcançar, em 2025, 581.382 habitantes. Trata-se, portanto, de uma cidade de grande porte, consolidada como um importante polo regional de serviços nas áreas de saúde, educação e comércio. Entretanto, é indispensável reconhecer que o desenvolvimento econômico do município não se distribui de forma equitativa entre sua população. Persistem no território diversos bolsões de pobreza e áreas socialmente vulneráveis, onde se expressam a precariedade habitacional e o acesso limitado de direitos básicos, evidenciando as profundas desigualdades socioespaciais que ainda marcam a cidade.

A vulnerabilidade social em Londrina pode ser observada a partir dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que reúne informações sobre as famílias de baixa renda no país. De acordo com a Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD), em setembro de 2025, Londrina contava com 70.969 mil famílias cadastradas no CadÚnico, das quais 25.865 encontravam-se em situação de pobreza ou extrema pobreza.

⁶ EBIA é um instrumento criado para avaliar o acesso das famílias aos alimentos em quantidade e qualidade



adequadas.

LondrinaPR,de25a29deMaiode2026ISSN:



Outro indicador relevante diz respeito ao Programa Bolsa Família⁷, principal Política Federal de Transferência de Renda. No mesmo período, 26.163 famílias londrinenses eram beneficiárias do programa, o que corresponde a aproximadamente 68.219 pessoas beneficiárias. Esses números evidenciam a dimensão da vulnerabilidade socioeconômica no município e reforçam a importância de políticas públicas articuladas de combate à pobreza e à insegurança alimentar.

Nessa perspectiva, o Programa Bolsa Família tem desempenhado papel decisivo na redução da pobreza extrema e da insegurança alimentar e nutricional grave. Sem sua existência, o número de famílias em situação de fome seria alarmante e potencialmente irreversível. Contudo, a superação da fome e da miséria exige mais do que a manutenção dos programas de transferência de renda: requer estratégias articuladas e políticas integradas que assegurem o direito humano à alimentação adequada, considerando o contexto sócio histórico do Brasil e de Londrina, marcado por desigualdades estruturais profundas.

Programa AgriUrbana - horta comunitária de Londrina/PR

Adentrando sobre as hortas comunitárias, a agricultura urbana configura-se como uma atividade agrícola desenvolvida em áreas urbanas e periurbanas, que pode cumprir múltiplas funções sociais, econômicas e ambientais. Entre seus diversos objetivos, destaca-se o acesso a uma alimentação saudável e de qualidade, especialmente para as populações em situação de vulnerabilidade social. Esses espaços possibilitam a produção e o consumo de alimentos frescos e nutritivos por famílias que, muitas vezes, não dispõem de meios econômicos para adquiri-los, contribuindo, assim, para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios e territórios em que se inserem. Sobre a agricultura urbana e/ou hortas urbanas:

A agricultura urbana e periurbana pode ser definida como o conjunto de atividades agrícolas localizadas no interior das áreas urbanas ou nas regiões periurbanas que contemplam as etapas de cultivo, processamento e distribuição de uma diversidade de produtos alimentícios e não alimentícios. Suas práticas proporcionam múltiplos benefícios, seja na preservação ambiental; na produção e no consumo de alimentos saudáveis; na promoção da agroecologia; na inclusão social e produtiva de famílias em situação de vulnerabilidade; no estímulo ao convívio social; e na melhoria da qualidade de vida das populações (FVGces, 2022, p.8).

Para compreender o enfrentamento da insegurança alimentar em Londrina a partir da experiência das hortas comunitárias, é fundamental considerar o marco legal que fundamenta essa política. Nesse sentido, destacam-se a Lei nº 12.625/2017 e o Decreto nº 20/2019, que Instituem a Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (PMAUP) e criam o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (AgriUrbana). Esses instrumentos normativos consolidam a agricultura urbana como uma estratégia de promoção da segurança alimentar, da sustentabilidade ambiental e da inclusão social, reforçando o papel do poder público municipal na articulação entre



⁷ O Programa Bolsa Família é um importante e o maior programa de transferência de renda no Brasil, tem como objetivo a superação da pobreza e também uma ação de combate à fome. Seu critério de concessão é a partir da renda per capita da família, de no máximo R\$218 (2025). Um programa vinculado à Política de Assistência Social.



produção de alimentos, gestão territorial e desenvolvimento sustentável.

Além disso, o I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Londrina (PLAMSAN-LD), vigente para o período de 2025-2028, reforça essa perspectiva ao integrar o Programa AgriUrbana como uma ação prioritária na consolidação de um sistema local de produção, distribuição e abastecimento de alimentos saudáveis. O Plano reconhece as hortas comunitárias como instrumento estratégico para a redução das desigualdades socioespaciais, o fortalecimento da economia solidária e a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada, articulando-as a uma visão territorial e intersetorial das políticas públicas.

Com a promulgação da Lei que institui a Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Londrina, observa-se, a consolidação de um processo histórico de amadurecimento institucional. Esse dispositivo reflete a evolução das antigas ações e iniciativas locais desenvolvidas ao longo dos anos, culminando na criação de um marco legal abrangente, que incorpora uma visão ampliada da SAN.

Além disso, a lei explicita de forma clara os objetivos centrais das hortas urbanas e comunitárias, reconhecendo-as como instrumento de promoção do DHAA, de inclusão social e de desenvolvimento sustentável.

A Política de Agricultura Urbana e Periurbana (PMAUP) tem por objetivo promover soluções de problemas sociais, ambientais e econômicos enfrentados na cidade pelo Poder Público e pela sociedade, de forma multi- dimensional, por meio de ações que visem autonomia e qualidade de vida e promovam economia, incentivo ao convívio comunitário, saúde psicológica e a segurança alimentar e nutricional (Londrina, 2017).

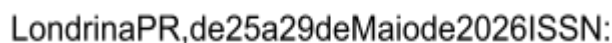
Aqui identificamos a responsabilidade do Poder Público Municipal em promover ações voltadas à SAN, assegurando à população o acesso regular a uma alimentação saudável, adequada e de qualidade. Cabe ressaltar que tanto a Política e o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de Londrina estão sob a coordenação da Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento (SMAA), órgão responsável pela implementação, monitoramento e fortalecimento das iniciativas relacionadas à agricultura urbana no município de Londrina.

Entre as ações previstas destaca-se o Programa AgriUrbana - Hortas Comunitárias, cujo propósito central é garantir a Segurança Alimentar e Nutricional por meio da ampliação do acesso a alimentos frescos, saudáveis e produzidos localmente.

De maneira geral, os objetivos centrais do Programa Municipal AgriUrbana, permitindo compreender que sua proposta não se limita a oferecer um espaço físico destinado à produção de alimentos. O programa busca assegurar o acesso a alimentos saudáveis, promover sua qualidade nutricional e estimular a geração de trabalho e renda vinculada a práticas sustentáveis de cultivo e manejo do solo.

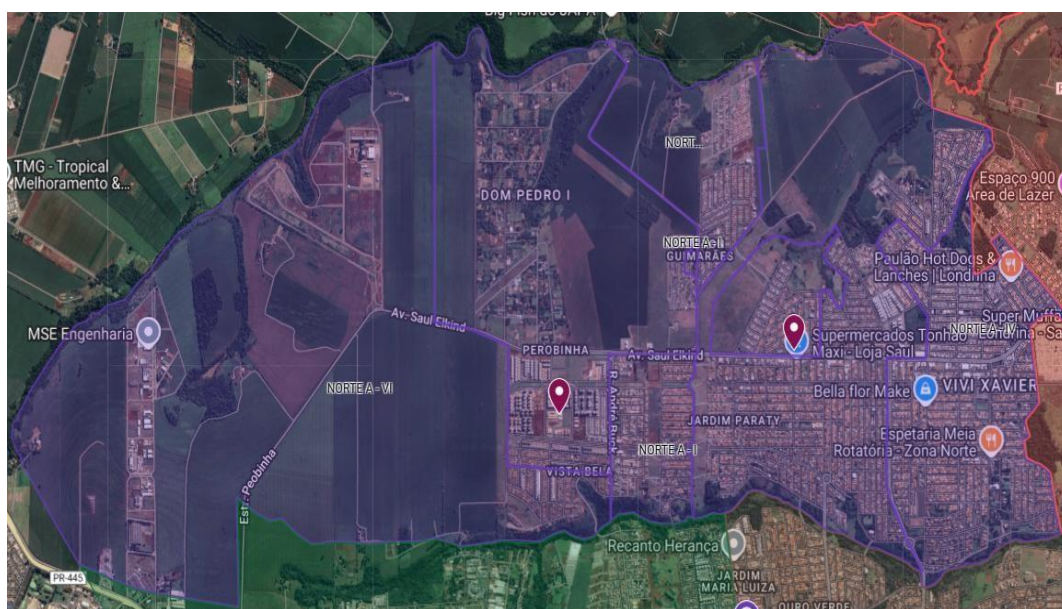
Assim sendo, o AgriUrbana expressa uma concepção ampliada de SAN, ao articular dimensões sociais, econômicas e ambientais em suas ações. O objetivo social que orienta o programa, portanto, ultrapassa a simples dimensão produtiva: volta-se à inclusão social, à redução de vulnerabilidades e ao fortalecimento comunitário nos territórios onde está inserido.

De acordo com o I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN. 2025-2028),



Resultados e Conclusões

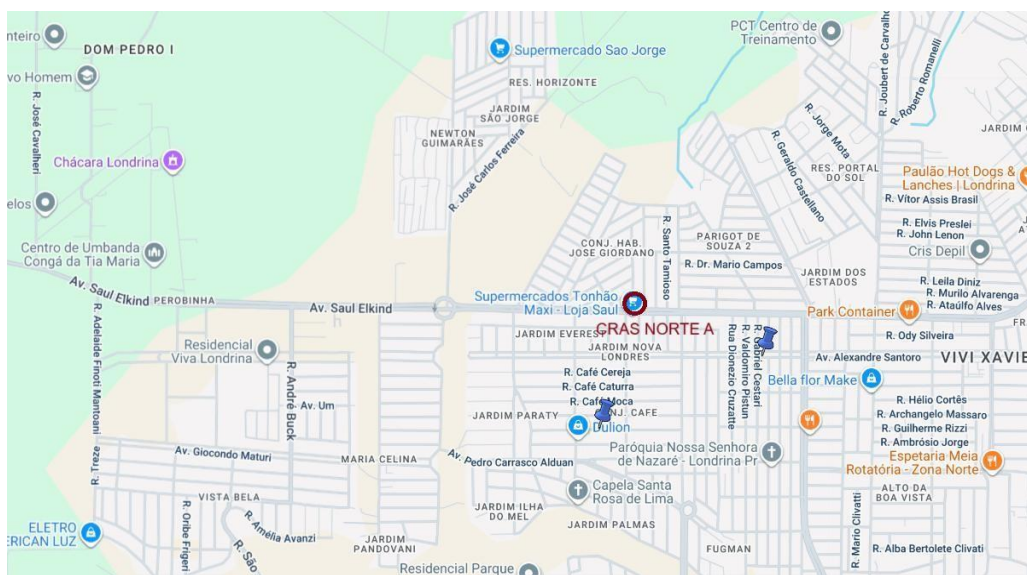
Imagem 1 - Divisão territorial do CRAS Norte A



Como é possível observar na imagem 2, as hortas comunitárias que abrangem a Região Norte A estão situadas a uma distância relativamente próxima do CRAS Norte A, o qual é identificado no mapa pelos alfinetes em azul. O círculo vermelho indica o local exato de implantação do CRAS Norte A, configurando um ponto de referência central na área de estudo. Entre as hortas destacadas, uma integra o grupo das hortas comunitárias desenvolvidas em parceria com a COPEL, localizada na Avenida das Torres, área de expressivo fluxo de pessoas. A outra horta comunitária que atende à região situa-se no bairro Residencial do Café, contribuindo para o fortalecimento das ações de SAN e para o aprofundamento de vínculos comunitários na zona norte do município.



Imagem 2- Hortas comunitárias na região norte A



Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, 2025.

A região de abrangência do CRAS Norte A caracteriza-se por intensas vulnerabilidades sociais, expressas em altos índices de subemprego, desemprego, violência policial e insegurança alimentar, conforme dados do Diagnóstico Socioterritorial de 2023, apresentados pela Secretaria Municipal de Assistência Social. O que evidencia a complexidade social e econômica do território e a importância estratégica das políticas públicas de proteção social, dentre elas a de SAN.

A pesquisa de campo foi desenvolvida no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Norte A, no mês de outubro de 2025. Ao todo, 69 usuários(as) foram abordados(as) ao longo de três dias distintos, no período vespertino, enquanto aguardavam atendimento na recepção do CRAS Norte A.

Essa abordagem possibilitou o contato direto e espontâneo com os sujeitos, permitindo captar percepções autênticas sobre o acesso, o consumo e o significado social das hortas comunitárias no cotidiano das famílias. Embora o número inicial previsto fosse de quatro entrevistas em profundidade, foi possível realizar apenas uma, em razão da baixa identificação de consumidores regulares de produtos oriundos das hortas comunitárias. Entre os(as) 69 usuários(as) abordados (as), três afirmaram consumir alimentos dessas hortas, porém somente uma participante demonstrou disponibilidade e interesse em conceder a entrevista.

Durante as abordagens realizadas, observou-se que a maioria dos(as) participantes não consumiam produtos provenientes das hortas comunitárias e, em diversos casos, desconhecia a própria existência dessas iniciativas. Entre as principais justificativas apresentadas, destacaram-se o desconhecimento sobre a localização das hortas e a falta de informações acerca dos pontos de vendas ou formas de acesso aos produtos.

A entrevistada é uma mulher autodeclarada preta, de 58 anos, que trabalha como diarista e relatou enfrentar problemas de saúde decorrentes do esforço físico, os quais têm reduzido suas



oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, sua renda mensal. Iremos identificar a entrevistada como pseudônimo “Margarida”, preservando a identidade da entrevistada.

Ao observarmos sua trajetória - mulher negra, trabalhadora precarizada, com problemas de saúde -, torna-se evidente a importância da interseccionalidade para compreensão desse contexto. A condição de vida da entrevistada interfere diretamente em seu acesso à alimentação saudável, bem como na sua saúde física e mental. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância/UNICEF (2025, p. 26):

[...] o enfoque da vulnerabilidade se baseia na multidimensionalidade das privações, ressaltando como os fatores de desproteção se encontram associados e interagem entre si. Por exemplo, a má alimentação e as diferentes formas de má nutrição (deficiência de micronutrientes, obesidade e desnutrição) aumentam a vulnerabilidade a doenças e limita a capacidade para o trabalho, o que afeta diretamente a renda e aumenta a instabilidade financeira, em um ciclo que perpetua a insegurança alimentar. Vivenciar situações de insegurança alimentar e nutricional, mesmo que leve, gera estresse e ansiedade, o que afeta a saúde mental das famílias (Brasil; UNICEF, 2025, p. 26).

Portanto, é fundamental compreender os impactos da fome e da insegurança alimentar em diversas dimensões da vida cotidiana, como a instabilidade financeira, a saúde física e mental e a organização familiar. A partir da trajetória de Margarida, é possível identificar como renda, trabalho e condições de vida se articulam e determinam o modo de acesso e o tipo de alimento consumido.

Um aspecto importante a ressaltar refere-se ao tema da interseccionalidade, central para a discussão sobre vulnerabilidades. Mulheres e pessoas negras são os grupos mais presentes quando se trata da fome, sendo as mulheres negras o grupo ainda mais exposto a esta situação. O suplemento II Insegurança Alimentar e desigualdades de raça/cor da pele e gênero, produzido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN), em 2023, traz evidências sobre esse cruzamento perverso entre gênero, classe e cor. A mulher negra apresenta o menor percentual de situação de segurança alimentar e, ao mesmo tempo, maior incidência para a situação de insegurança alimentar grave, ou seja, fome[...] (Brasil; UNICEF, 2025, p. 27).

Margarida, relatou ter reduzido a frequência de suas diárias de limpeza devido às condições de saúde ocasionadas pelo trabalho repetitivo e exaustivo. Atualmente, consegue realizar em média duas diárias por semana, recebendo o valor de R\$150,00 por diária. Seu companheiro é aposentado e apenas o filho possui emprego formal.

Essas condições precárias de trabalho remetem à análise de Ricardo Antunes (2008) sobre o do trabalho e a venda da força de trabalho como meio de subsistência, em um contexto marcado pela precarização e pela exploração. Como destaca o autor:

Mas, se por um lado, podemos considerar o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida no processo de humanização, por outro lado, a sociedade capitalista o transformou em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana (Antunes, 2008, p. 03).

A realidade vivenciada por Margarida traduz na prática essa contradição: o trabalho, em vez de garantir autonomia e dignidade, passa a ser apenas o meio de sobrevivência, marcado pela



instabilidade e pela desvalorização. Essa condição restringe o acesso a alimentos adequados e saudáveis, evidenciado como o trabalho precarizado é também um determinante estrutural da insegurança alimentar e nutricional.

No que se refere ao entendimento sobre as hortas comunitárias, podemos observar que, durante as abordagens realizadas na recepção do CRAS Norte A, a maioria dos(as) usuários(as) não sabia o que eram essas hortas comunitárias ou desconhecia sua existência no território. Esse desconhecimento afeta diretamente o acesso a alimentos saudáveis por parte das pessoas em situação de vulnerabilidade social e em insegurança alimentar média e grave, além de comprometer a efetividade do Programa AgriUrbana.

Como mencionamos anteriormente, um dos objetivos do programa é ampliar o acesso a alimentos saudáveis e reduzir o preço desses produtos, contribuindo para o enfrentamento da fome e da insegurança alimentar e nutricional. No entanto, ao constatar que, entre os 69 usuários(as) abordados(as), apenas três afirmaram conhecer, comprar e consumir alimentos provenientes das hortas comunitárias, evidencia-se uma fragilidade na comunicação e no alcance territorial do programa. Essa constatação indica que a política pública ainda não está conseguindo atingir de forma efetiva o público prioritário - justamente aquele que se encontra em situação de maior vulnerabilidade e risco alimentar.

Nesse contexto, quando perguntamos sobre os motivos que a levaram a consumir e adquirir alimentos provenientes das hortas comunitárias, a participante Margarida, relatou que:

Porque eu acho que são mais saudáveis, não tenho tanta certeza, mas eu acho, a mulherada planta e fica cuidando lá, acho que tem menos veneno, mas não sei (Margarida, 2025).

A fala de Margarida revela uma percepção intuitiva sobre a qualidade dos alimentos provenientes das hortas comunitárias, associando-os à produção local e ao cuidado direto das mulheres da comunidade. Ainda que demonstra incerteza quanto a ausência de agrotóxicos, suas respostas evidenciam confiança nas práticas coletivas de cultivo e um reconhecimento da agricultura comunitária como espaço de produção de alimentos mais saudáveis e com menos impacto químico.

Esse relato permite identificar um entendimento parcial, porém significativo, se um dos objetivos centrais das hortas comunitárias - o de ampliar a oferta de alimentos saudáveis e acessíveis, além disso, a fala de Margarida pode ser associada às dimensões da disponibilidade e do acesso alimentar propostas pela FAO (2024), na medida em que reconhece a importância de ter alimentos disponíveis no território e de acessar produtos considerados de melhor qualidade nutricional e sanitária.

É imprescindível atentar-se a diversos fatores estruturais e interseccionais, como gênero, raça, classe e território, para o desenvolvimento de estratégias e ações integradas, capazes de enfrentar de forma mais ampla as causas da fome e da vulnerabilidade social.

Nesse sentido, a Política de Assistência Social não deve atuar isoladamente, mas de maneira articulada com outras políticas públicas, especialmente as de SAN, Saúde, Educação e Agricultura. Ainda assim, a Assistência Social tem uma atribuição central nesse processo,



sobretudo

LondrinaPR,de25a29deMaiode2026ISSN:



por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e das ações de Trabalho Social com as Famílias, que constituem espaços privilegiados para identificar vulnerabilidades, fortalecer vínculos comunitários e promover o acesso a direitos sociais.

A fome, nesse contexto, é a materialização das desigualdades históricas e estruturais, expressas na concentração de renda e terra, do racismo estrutural, na falta de moradia digna, no trabalho precarizado, na baixa escolaridade e nos vínculos familiares e comunitários fragilizados e/ou rompidos.

Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional de forma efetiva exige, portanto, uma abordagem intersetorial e articulada, que reconheça a complexidade das vulnerabilidades sociais e promova a integração entre as políticas públicas. A Política de Assistência Social, ainda que não detenha força isolada para garantir a SAN, desempenha um papel essencial nesse processo, sobretudo por meio de seu trabalho social com as famílias e com o território, contribuindo para identificar demandas, articular redes e fortalecer vínculos comunitários.

A própria natureza da Política de Assistência Social supõe um adequado funcionamento das outras políticas, sendo que os objetivos de proteção e promoção não se alcançam sem que as pessoas tenham saúde e educação, moradia e trabalho, acesso a alimentos de qualidade, condições mínimas em termos de capacidades humanas (Brasil; UNICEF, p.49, 2025).

Dessa forma, embora o presente estudo tenha dado ênfase à atuação da Secretaria Municipal de Assistência Social e do CRAS Norte A, por comporem o campo empírico da pesquisa, é fundamental destacar que a efetivação da SAN requer uma ação conjunta e permanente entre diferentes órgãos e instâncias de gestão. Nesse sentido, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-LD) desempenha papel estratégico na articulação intersetorial com a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SMAA), a Secretaria Municipal de Saúde e demais instituições que integram a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Londrina (CAISAN-LD).

Somente por meio dessa integração entre as políticas públicas e conselhos de controle social será possível consolidar ações educativas e coletivas permanentes, voltadas à valorização dos equipamentos de SAN existentes no município. As hortas comunitárias, nesse contexto, configuram-se como importantes espaços territoriais de promoção da saúde, educação alimentar, convivência comunitária e geração de renda, reafirmando seu potencial como estratégia pública de enfrentamento à fome e às desigualdades sociais.

O artigo teve como objeto de estudo a percepção dos(as) usuários(as) do CRAS sobre o Programa AgriUrbana, na modalidade de horta comunitária, e a sua contribuição para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional. Embora os dados empíricos sejam limitados, uma vez que não foi possível obter um número suficiente de entrevistas para uma análise mais aprofundada, as informações coletadas e observadas revelaram padrões sociais e simbólicos e relevantes sobre o conhecimento e o acesso às hortas comunitárias na região pesquisada.

A partir da percepção dos/as usuários/as do CRAS, foi possível identificar que a maioria dos participantes não conheciam o Programa AgriUrbana, tampouco sabia o que são hortas



comunitárias e como acessá-las. Essa constatação evidencia fragilidades na execução do programa, sobretudo quanto à ausência de ações de educação alimentar e de divulgação voltadas ao público que pretende atingir, o que limita a possibilidade de capacitação dos(as) trabalhadores(as) do SUAS sobre a localização e o funcionamento dos equipamentos de SAN em Londrina.

Diante do tempo reduzido de execução do projeto, considera-se ser relevante a continuidade desta pesquisa, com a inclusão de maior número de participantes e a expansão para outros CRAS. Além disso, recomenda-se o incentivo à realização de oficinas e ações coletivas com famílias atendidas pelo PAIF, de modo a ampliar o conhecimento sobre as hortas comunitárias e estimular o acesso a alimentos saudáveis no território.

Outro ponto importante a ser ressaltado refere-se a escassez de produções na área do Serviço Social, entre outras áreas do conhecimento, sobre hortas comunitárias no enfrentamento da SAN, o que dificultou a fundamentação teórica da pesquisa. Observou-se uma lacuna quanto à abordagem crítica da fome e SAN, e seus desdobramentos, perspectiva na qual o Serviço Social possui uma contribuição fundamental.

Por fim, ao relacionar insegurança alimentar e hortas comunitárias a partir das vivências e relatos dos(as) usuários(as) da Política de Assistência Social, este estudo reforça a importância de incorporar o debate sobre a fome e a SAN nas oficinas e grupos de trabalhos realizados nos CRASs. Desenvolver e sustentar essa discussão nos espaços coletivos de convivência é uma contribuição essencial do(a) assistente social, que deve promover a reflexão crítica, a mobilização comunitária e o fortalecimento do direito humano à alimentação adequada em todos os contatos sócio- ocupacionais em que atua.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? **Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho**. São Paulo, nov. de 2008. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/LxkqK1F4gd8eDW4w38w0.pdf>. Acesso em: 30 de out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD). Dados e relatórios – SAGI/RI: Relatórios Cidadania. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=411370&aM=0>. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Trabalho social com famílias e territórios no PAIF: trilha para o contexto da insegurança alimentar e nutricional 2. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2025/09/Versao-Digital-preta.pdf>. Acesso em: 30 de out. 2025.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2022.



FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Níveis de fome seguem persistentemente altos por três anos consecutivos, enquanto as crises globais se aprofundam: Relatório da ONU. FAO no Brasil, 24 jul. 2024a. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1707863/> Acesso em: 07 nov., 2025.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces). Agendas municipais de agricultura urbana e periurbana: um guia para inserir a agricultura nos processos de planejamento urbano. São Paulo: FGVces, 2022. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u641/fgvces_-_agendas_municipais_de_agricultura_urbana_e_periurbana.pdf. Acesso em: 10 de out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Panorama do Município de Londrina (PR). Cidades IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/panorama>. Acesso em: 10 out. 2025.

LONDRINA. **Lei nº 12.620, de 13 de dezembro de 2017.** Institui a Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (PMAUP) e cria o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (AgriUrbana) e dá outras providências. Londrina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-agricultura/agriurbana/48068-le126202017agriurb/file>. Acesso em: 10 de out. 2025.

PREFEITURA DE LONDRINA. I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Londrina, 2025. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/seguranca-alimentar>. Acesso em: 10 de nov. 2025.

PREFEITURA DE LONDRINA. Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. Mapeamento das hortas comunitárias de Londrina. Londrina, 2025. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1vkh5ji7FM0JgnvWQ3eGZqRNlywE96TA&ll=-23.37799859780455%2C-51.14308011881542&z=15>. Acesso em 30 de out. 2025.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA. Benefícios. Portal da Prefeitura de Londrina, Londrina, PR, 2025. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/beneficios>. Acesso em: 11 ago. 2025.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA. Secretaria Municipal de Assistência Social. Diagnóstico Socioterritorial - Londrina, PR: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2023. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-assistencia/estrutura-1/dados-socioassistenciais/61273-diagnostico-socioterritorial-2023-versao-final-1/file> Acesso em: 05 de nov. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. Mapa do Território Norte A: microterritórios e equipamentos socioassistenciais. Google My Maps, 2024. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/1/viewer?mid=1uDeVyLUUkhaZykPxd4oqbrKH6XbBXRCF>. Acesso em: 27 out. 2025.